

NOTA DO COMSEFAZ SOBRE O AUXÍLIO DA UNIÃO ÀS FINANÇAS DOS ESTADOS

Brasília – DF, 31 de julho de 2024.

As secretárias e secretários de Fazenda dos 26 estados e Distrito Federal se reuniram nesta terça-feira, 30 de julho, em Brasília, durante a 37ª Reunião Extraordinária do Comsefaz, para debater a proposta de renegociação das dívidas dos estados com a União.

Dentro desse longo processo de debate, ainda não concluso, e que se intensifica desde a proposta do programa Juros por Educação, vários temas e sugestões técnicas foram abordados por estados, consórcios regionais, a própria União em seus diferentes órgãos e pelo presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG), no PLP 121/2024.

O colegiado do Comsefaz entende que os Estados precisam receber do Governo Federal um tratamento equitativo, levando em consideração todas as 27 unidades da Federação.

Para que o tratamento seja o mais equânime possível, e não perdendo o objetivo original de renegociação das dívidas, o Comsefaz entende ainda que o direcionador das medidas, além do nível de endividamento, deve levar em consideração também critérios de desigualdade regional.

Para aqueles estados com maior nível de endividamento, deve ser premente a revisão dos encargos e a atualização do saldo devedor. Já para os estados com menor grau de endividamento, a proposta é a efetivação do fundo de equalização de investimentos, que terá como *funding* parte do benefício obtido a partir da atenuação da dívida com a rediscussão dos indexadores.

A criação do fundo de equalização é imperativo para o equilíbrio do tratamento pleiteado pelos Estados. Diante disso, o colegiado aprovou como sugestões de critério de rateio desses recursos o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e um coeficiente que leve em conta a razão entre a Receita Corrente Líquida (RCL) e a Dívida Consolidada (DC) de cada UF, de forma a premiar a boa gestão fiscal dos entes que mantiveram suas dívidas em patamares sustentáveis.

As Fazendas estaduais seguem em busca da recuperação das enormes perdas federativas impostas por legislações federais que ora aumentam as despesas, ora privam os entes de seus recursos.

A proposta dos Estados tenciona reaver a qualidade do financiamento dos serviços públicos estaduais para oferecer à população condições de bem-estar social que atendam a um legítimo interesse público.

Carlos Eduardo Xavier
Presidente do Comsefaz
Secretário de Estado de Fazenda do Rio Grande do Norte

José Amarísio Freitas de Souza
Secretário de Estado da Fazenda do Acre.

Renata dos Santos
Secretária de Estado da Fazenda de Alagoas

Jesus Vidal
Secretário de Estado da Fazenda do Amapá

Alex Del Giglio
Secretário de Estado da Fazenda do Amazonas

Fabrizio Gomes Santos
Secretário de Estado da Fazenda do Ceará

Ney Ferraz Júnior
Secretário de Economia do Distrito Federal

Francisco Sérvulo Nogueira
Secretário de Economia de Goiás

Benício Suzana Costa
Secretário de Estado de Fazenda do Espírito Santo

Marcellus Ribeiro Alves
Secretário de Estado de Fazenda do Maranhão

Rogério Gallo
Secretário de Estado de Fazenda do Mato Grosso

Flávio César Mendes de Oliveira
Secretário de Estado de Fazenda do Mato Grosso do Sul

Luiz Claudio Gomes
Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais

René de Oliveira e Sousa Júnior
Secretário de Estado de Fazenda do Pará

Marialvo Laureano dos Santos Filho
Secretário de Estado da Fazenda da Paraíba

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado de Fazenda do Paraná

Leonardo Lobo
Secretário de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Luis Fernando Pereira da Silva
Secretário de Estado de Fazenda de Rondônia

Manuel Freitas
Secretário de Estado de Fazenda de Roraima

Pricilla Santana
Secretária de Estado de Fazenda do Rio Grande do Sul

Cleverson Siewert
Secretário de Estado de Fazenda de Santa Catarina

Samuel Kinoshita
Secretário de Estado de Fazenda de São Paulo

Sarah Tarsila Araújo Andreozzi
Secretária de Estado de Fazenda de Sergipe

Julio Edstron Secundino Santos
Secretária de Estado de Fazenda de Tocantins